A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E A EVOLUÇÃO DA FILOSOFIA EDUCACIONAL ESPECIAL

Luzmaia Cândida dos Santos¹

Gustavo Araújo Batista²

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o histórico de criação de políticas educacionais voltadas ao ensino dos surdos no Brasil, verificando quais as dificuldades encontradas pela comunidade de surdos na evolução de seu tratamento pelo governo e pela sociedade. Procurou-se verificar as fases de aprimoramento da educação dos surdos partindo de uma análise global do surgimento e desenvolvimento dos programas de ensino até a questão individualizada da educação no país. A partir do estudo do histórico da educação dos surdos principalmente na Europa, Estados Unidos e no Brasil, buscou-se identificar a forma de criação e a configuração atual do sistema inseridos no sistema regular de ensino os personagens mais relevantes no processo e a questão da língua de sinais. Considerando que compreender a educação dos surdos em diferentes períodos históricos é uma ferramenta imprescindível para a reflexão crítica e a promoção de transformações positivas nesta área pelos profissionais da educação, faz-se necessário investigar, através da revisão histórica e bibliográfica, a situação educacional dos surdos atualmente no Brasil.

Palavras-chave: Educação dos surdos. Evolução histórica. Fundamentos e filosofias educacionais especiais.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the history of educational policies aimed at teaching the deaf in Brazil, verifying the difficulties encountered by the deaf community in the evolution of their treatment by the government and society.

1-Graduação em Enfermagem- Universidade do Triângulo (UNITRI); Pós-Graduação em Saúde da Família, Passo 1; Mestrando em Educação.

2-Pós-Doutorado em Educação - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Doutorado em Educação - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Área de Concentração: História, Filosofia e Educação

Mestrado em Educação - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Graduação em Letras - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Graduação em Filosofia - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Docência na Graduação e na Pós-Graduação da Universidade de Uberaba (UNIUBE)

Docência na Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Fundação Carmelitana Mário Palmério (FACIHUS/FUCAMP).

It was sought to verify the stages of improvement of the education of the hearing impaired, starting from a global analysis of the emergence and development of the educational programs until the individualized question of the education in the country. From the study of the history of the education of the deaf, mainly in Europe, the United States and Brazil, the aim was to identify the form of creation and the current configuration of the educational system of the deaf, the most relevant characters in the process and the question of the language of deaf. signals. Considering that understanding deaf education in different historical periods is an essential tool for critical reflection and the promotion of positive transformations in this area by educational professionals, it is necessary to investigate, through the historical and bibliographic review, the educational situation of the deaf currently in Brazil.

Key Words: Education of the deaf. Historic evolution. Fundamentals and special educational philosophies.

Introdução

A educação dos surdos como conhecida atualmente, é fruto de um extenso e em constante evolução processo histórico de formação. Ainda que diversos avanços tenham sido conquistados e seus direitos básicos sejam garantidos constitucionalmente, objeto de constantes produções legislativas muito ainda resta a ser feito para proporcionar a toda à comunidade surda no Brasil acesso à educação de qualidade.

Isto se deve a diversos fatores, que vão desde a falta de conhecimentos e formação por grande parte dos professores, para lidar com as necessidades especiais de ensino e aprendizagem dos surdos em escolas inclusivas até a falta de recursos, criação e aplicação das políticas educacionais inclusivas. A falta de conhecimentos específicos gera, por vezes, a aplicação de intervenções inadequadas, que limitam a efetivação da prática pedagógica inclusiva, como no caso do domínio oralista vigente durante 100 anos no passado.

Reconhecer a comunidade surda como um grupo que é sujeito de direitos, com costumes, história, tradição e peculiaridades em comum, significa conferir dignidade a toda à comunidade formada por surdos e ouvintes que participam da vida familiar, social, educacional e compartilham interesses.

Ao se avaliar os fundamentos históricos da educação dos surdos, constata-se que o processo foi marcado por diversas atrocidades resultantes dos ideais gregos e romanos na antiguidade, de culto e idolatria à beleza, a perfeição, ao corpo e ao intelecto, que consideravam as pessoas nascidas deficientes aberrações ou castigos dos deuses, tornando-os alvos de preconceito e segregação pela sociedade, que condenava qualquer deformidade.

Segundo Garbe (2012, p. 96) no passado, “[...] a deficiência física era definida como algo demonizado, julgado como uma punição, uma consequência de culpa. A deformação ou a falta produzia os segregados, marginalizados e discriminados”.

Por medo do desconhecido construímos sociedades com muralhas e fronteiras, nostálgicos, contamos histórias para não esquecer sua pálida presença. As trevas, os seres monstruosos, os fantasmas, os cemitérios, a magia, os bosques impenetráveis e (a partir do século XVIII) as ruínas e os mistérios da ciência são os elementos principais das histórias de horror. Eles surgem assim que a noite cai: na Mesopotâmia, no Egito, na Índia, no Japão, na China, na Grécia. Em Roma, curiosamente, o horror se confunde com o que é proibido ou vulgar. (MANGUEL, 2009, p. 09).

Para que sejam superados os equívocos cometidos no passado, a investigação da realidade linguística, educacional, social, política e cultural da comunidade surda apresenta-se como instrumento de transformação e aperfeiçoamento dos métodos adotados atualmente. Antes considerados indivíduos inferiores e discriminados, os surdos mantiveram sua identidade, sua cultura e sua língua, participando posteriormente da criação do modelo utilizado para sua educação.

A história da educação dos surdos tem início na Europa e Estados Unidos, as primeiras sociedades a utilizarem a língua de sinais e a fundarem escolas para surdos. No Brasil, a origem da educação dos surdos ocorreu durante o Império, em 1857.

Desenvolvimento

A educação dos surdos na Idade média, especialmente na Europa, teve grande influência nas práticas adotadas no restante do mundo. No ano de 1500, quando o Brasil experimentava ainda a exploração e colonização por Portugal, na Europa já se iniciava o processo de educação dos surdos.

Iniciada pelo monge católico espanhol Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), a educação dos surdos, tal como conhecemos atualmente, nasceu da dedicação do beneditino a ensinar os filhos surdos dos nobres, em sua escola para surdos fundada em Madrid. Na França, o abade Michel de L’Epee (1712 – 1789), conhecido como o “pai dos surdos”, em uma tentativa religiosa de salva-los, fundou o Instituto Nacional dos na França, posteriormente assumido pelo governo e implantado em diversos países.

A partir deste marco iniciou-se a chamada época áurea na história dos surdos, quando diversas escolas especializadas, dirigidas por professores surdos, foram criadas em todo o mundo. Este período representou um avanço na negligência e obscuridade em que os surdos viviam, marginalizados pelo governo e pela sociedade. Em 1789 havia cerca de vinte escolas para surdos na França e na Europa, e começaram a ser realizadas diversas experiências médicas na tentativa de descobrir as possíveis causas da surdez, com destaque para as realizadas pelo médico Jean Marc Gaspard Itard (1774 – 1838).

Com o fracasso das tentativas de restaurar a audição dos surdos, passou-se a realização de treinamentos para que pudessem falar, que também apresentaram apenas resultados negativos. Este fracasso foi associado ao surgimento da língua de sinais, considerada a única forma de comunicação possível com os surdos, dada a impossibilidade do uso da língua oral.

O próprio Itard, após dezesseis anos de tentativas e experiências frustradas de oralização e remediação da surdez, sem conseguir atingir os objetivos desejados, rendeu-se ao fato de que o surdo só pode ser educado através da Língua de Sinais. Ele continuaria defendendo a tese de que alguns poucos poderiam se beneficiar do treinamento de fala, mas mesmo para estes ele passou a considerar que a única forma possível de comunicação e de ensino deveria ser a Língua de Sinais (FERRANTI, 2001, p.188)

Em 1817, nos Estados Unidos, a partir das ideias trazidas pelo professor Thomas Hopkins Gallaudet (1787 – 1851) que viajara em 1815 à Europa para obter informações sobre a educação de surdos, foi fundada a primeira escola especializada em solo americano, a Escola de Hartford, com apoio do educador francês, surdo, Laurent Clerc (1785 – 1869).

Em 1830 já existiam nos Estados Unidos cerca de 30 escolas para surdos. Em 1857 foi inaugurada a Universidade Gallaudet, única Universidade do mundo com programas desenvolvidos para pessoas surdas, onde se instituiu a Língua Gestual Americana, além do inglês escrito e do alfabeto manual.

No Brasil, Dom Pedro II interessou-se pela educação dos surdos, por seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orleans, marido de sua segunda filha, ser parcialmente surdo. Em 1855,

a convite de Dom Pedro II, chegaram ao país o professor surdo Francês Ernest Huet e sua esposa, com o objetivo de fundar uma escola para surdos. O INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos, foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1857.

O INES, órgão integrante do Ministério da Educação, consiste em um centro nacional de referência no que diz respeito à educação de surdos no Brasil. A mistura entre as referências dos professores surdos, os surdos da época e a língua de sinais francesa deu origem à língua de sinais adotada no Brasil, o sistema de LIBRAS.

Posteriormente, em 1880, entretanto, houve o chamado ano retrocesso, após a realização do Congresso Internacional de Milão, que proibiu terminantemente o uso da língua de sinais em toda a Europa. Tendo sido impossibilitados de votar, os professores surdos assistiram à vitória do método oralista como único e exclusivo admitido para a educação dos surdos, com a influência do cientista Alexander Grahn Bell (1847 – 1922) e sua criação dos aparelhos auditivos, apresentados como a cura da surdez.

O oralismo tinha por objetivo fazer com que os surdos se tornassem ouvintes e interagissem com o mundo usando o recurso da leitura labial e da fala. O sistema oralista puro manteve seu domínio por 100 anos na educação dos surdos em todo o mundo, mas conforme a posição de muitos especialistas representou um grande fracasso na evolução do tratamento dos surdos.

O método foi rapidamente adotado nas escolas para surdos da maioria dos países, o que diminuiu consideravelmente o número de surdos envolvidos na educação de surdos. Nos Estados Unidos, em 1960, apenas 12% dos professores eram surdos, e conseqüentemente o nível de qualidade da educação caiu, formando crianças despreparadas e menos qualificadas, com habilidades sociais limitadas.

Organizou-se, então, um movimento das comunidades e associações para lutarem pelos direitos linguísticos e culturais dos surdos, a fim de evitarem a extinção da língua de sinais.

Após dezesseis anos realizando experiências e tentando sem sucesso a implantação da oralização, Jean Itard, reconheceu a necessidade da língua de sinais na educação dos surdos. A tentativa de implantação do oralismo não demonstrou nenhum avanço aos surdos, na medida em que a leitura labial e a emissão de sons incompreensíveis não são suficientes à comunicação plena e eficaz destes indivíduos.

Assim, após a verificação histórica, pode-se dividir a educação dos surdos em três fases, quais sejam: a revelação cultural, o isolamento cultural e o despertar cultural. Na fase de revelação cultural não haviam problemas relacionados à educação, uma vez que a maioria dos

deficientes auditivos dominava a arte da escrita e, antes do Congresso em Milão, diversos escritores, artistas, professores e outros surdos eram bem sucedidos. Na fase do isolamento cultural, entretanto, houve a segregação da comunidade surda, como resultado da proibição da língua de sinais em 1880 e a imposição do uso da língua oral. Por fim, a fase do despertar cultural, que teve início a partir dos anos 60, representou o renascimento da aceitação e do uso da língua de sinais, reconhecendo a cultura das comunidades surdas e superando os anos de opressão oralista.

Surge o redescobrimento e a oficialização da língua de sinais pelos mais diversos países do mundo. O termo redescobrimento é usado aqui no sentido de que já era usado há anos pelos surdos nas suas comunidades.

Hoje não se fala mais em filosofia educacional oralista, entretanto, discute-se e pesquisa-se muito a respeito do bilinguismo. O bilinguismo diz respeito a duas línguas, ou seja, no caso do Brasil, à libras e da língua portuguesa na modalidade escrita.

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, bem como de outros dispositivos legais como a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, a estrutura oferecida aos surdos com relação à educação começou a tomar forma. O artigo 205 e o inciso III do artigo 208 da CF e os artigos 4, 58, 59 e 60 da LDB, por exemplo, são marcos da garantia de igualdade de oportunidades no processo educacional oferecidas aos surdos.

A partir dos princípios constitucionais, os direitos individuais passaram a ser encarados como primordiais, inclusive das pessoas com deficiência. A primeira lei específica criada para este fim no país foi a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que deu início na prática ao exercício dos direitos dos deficientes, sua família e comunidade.

O artigo 18 da Lei regulamenta o dever do poder público de implantar programas de formação de profissionais intérpretes da língua de sinais e braile, a fim de proporcionar a eficaz comunicação das pessoas surdas no ambiente educacional.

Em 2002 o Decreto 5626, de 22 de dezembro, foi promulgado como outro importante documento referente aos direitos dos surdos, uma vez que se trata de um dispositivo específico através do qual o governo reconhece oficialmente a importância da utilização e da difusão das Libras como língua oficial dos surdos no país, para que seja pesquisada e ministrada em cursos comuns e universidades como disciplina obrigatória em todos os cursos de ensino superior voltados à licenciatura, além dos cursos de fonoaudiologia. Foi criado, ainda, o curso de formação superior de Letras-Libras.

Ademais, o decreto garantiu o acesso à saúde e a cursos de formação com acessibilidade, através de profissionais tradutores/intérpretes de Libras. O renascimento do uso dos sinais no país se deu, portanto, na década de 1980, com a chamada “educação total”. Tal filosofia, originária dos EUA, buscava aperfeiçoar a educação dos surdos, e contemplar as mais variadas formas de comunicação existentes, como a fala, os sinais, teatro, dança, dentre outras.

As escolas especiais começaram a utilizar o sistema de sinais, desprendendo-se das tradições oralistas, e houve na educação especial uma abertura e clamor para a implantação de novas técnicas e métodos pedagógicos, ainda que a língua de sinais fosse ainda extraoficial. A visão democrática e cidadã existente à época, com a adoção de valores como honestidade, verdade, respeito e responsabilidade influenciaram as políticas educacionais desenvolvidas, priorizando-se assim a convivência e a pluralidade cultural.

Conclusão

A trajetória percorrida pela comunidade surda busca pela efetivação de seus direitos educacionais e é marcada tanto pelas atrocidades quanto pela superação. Ainda que sob a influência do sistema oralista, a comunidade surda não permitiu que se perdessem seu modo de comunicar-se, suas características e seus sinais.

A evolução da sociedade como um todo, das políticas educacionais e do modo como as pessoas surdas são vistas e tratadas nos dias atuais são reflexo da identidade e cumplicidade compartilhada por estas comunidades, que não cederam às pressões sociais e políticas e não se deixaram segregar.

As tentativas de reverter a surdez e de oralizar os surdos demonstram o despreparo dos profissionais envolvidos com a questão, ainda que gradativamente tenham sido alcançados diversos avanços que moldaram a forma de educação inclusiva dos surdos como é conhecida hoje. A aceitação dos surdos, a partir da recepção de seu sistema próprio de comunicação, útil e eficaz, comprova que a variedade linguística pode ser enriquecedora e inclusiva.

No que se refere à língua, a diferenciação dos surdos dos ouvintes representa uma distinção positiva, pois representa o respeito de suas particularidades e enseja esforços comuns de toda a sociedade no aprendizado e promoção da língua de sinais, oficialmente adotada no Brasil.

Com a análise da evolução histórica dos sistemas de ensino aplicados à educação dos surdos em todo o mundo é possível avaliar as principais barreiras enfrentadas no processo, como a resistência à utilização da língua de sinais, e estimular o pensamento crítico dos

profissionais de educação, a fim de que consigam contribuir para que ocorram ainda mais melhorias.

A legislação brasileira atual é contundente ao proibir discriminações de qualquer natureza, em qualquer âmbito, das pessoas com necessidades especiais, além de possuir diversos diplomas legais direcionados diretamente aos surdos e seus direitos e garantias. Compreende-se a partir da análise bibliográfica e documental que tais disposições são fruto dos movimentos sociais e da atuação da própria comunidade surda, de modo que fica evidente o papel da sociedade no avanço do sistema de educação de surdos no Brasil.

Desta forma, conclui-se que a inclusão e a superação da necessidade da oralidade são as principais características pedagógicas promovidas pela filosofia educacional, para que os surdos sintam-se capazes e respeitados em todos os sentidos e tenham a possibilidade de desenvolver-se em igualdade com os demais indivíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

FERRANTI, Valeria. A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. Pro-posiçOes. v. 12. n. 2-3 (35-36).jul.-nov. 2001

GARBE, Douglas de Souza. **Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a convenção internacional de Nova Iorque**. Revista Unifebe, Balneário Camboriú, v.10, p. 95-104, jan/jun. 2012.

MANGUEL, Alberto. Contos de horror do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NOGUEIRA, Clélia M. Ignatius; CARNEIRO, Marília I. N; NOGUEIRA, Beatriz N. Língua Brasileira de Sinais – Processo Inclusivo na Educação Básica. Maringá: Cesumar, 2010.